

Saída para pagar juro do setor público

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O governo encontrou uma maneira de contornar o problema dos juros em atraso do setor público não depositados no Banco Central, sem comprometer o princípio da capacidade de pagamento que tem norteador o encaminhamento das negociações da dívida externa com os bancos credores privados.

Vai sugerir aos bancos que acertem diretamente com seus devedores finais o pagamento em cruzeiros, ainda neste ano, de pelo menos 15% dos juros atrasados. Desse modo, os recursos ficarão em depósito no BC, prontos para serem remetidos ao exterior, na forma de divisa estrangeira. A solução visa atingir justamente a dívida externa contraída com aval do Tesouro Nacional que não vem sendo honrada pela inexistência da alocação de cruzeiros no orçamento da União de 1990.

Se cada devedor final do setor público, com dívida avalizada pelo Tesouro, pagar pelo menos 15% dos juros em atraso ainda neste ano o governo federal terá condições de efetuar até o final de dezembro a remessa para o exterior de cerca de US\$ 1,2 bilhão de juros em atraso. O valor corres-

ponderia à incidência do percentual de 15% sobre a totalidade dos juros atrasados, calculada em US\$ 8 bilhões até o final do ano.

O que muda é a base de cálculo, ponto que os bancos credores levantaram na última rodada de negociações, em Nova York, na semana passada. A incidência de 15% sobre o montante de atrasados efetivamente em depósito no BC na posição de outubro (cujo valor somava US\$ 6,038 bilhões) resultaria em um pagamento de US\$ 904 milhões se os depósitos não sofressem nenhuma alteração até dezembro. Mas o governo considera genuína a reclamação dos bancos credores, reivindicando que o percentual para o cálculo do pagamento recaia sobre o valor efetivo dos juros devidos que, na verdade, ultrapassam aquilo que está depositado na autoridade monetária.

IDENTIFICAR DEVEDORES

O negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster, não entrou em detalhes sobre a solução para aqueles atrasados, mas indicou que a dívida não paga da Resolução 4.131 — contratada pelo setor público com aval da União — pode ser resolvida com a identificação dos de-

vedores finais. "Neste caso, os cruzeiros têm que aparecer", disse ele na sexta-feira a este jornal, enfatizando que o governo federal não cogita retirar o aval da dívida externa contratada por estados, municípios e empresas estatais. Ele acentua a ênfase — "não estamos repudiando o aval do Tesouro", repete ele — com o objetivo de derrubar qualquer suspeita dos bancos credores naquele sentido.

"Apenas não podemos fazer os pagamentos agora daquele aval porque isso significaria um financiamento do Banco Central (mediante da emissão de cruzeiros) para que o Tesouro Nacional pudesse honrar um — compromisso seu, prática que a Constituição veta", explicou ele.

O Tesouro Nacional tem a lista dos devedores do setor público com dívida externa avalizada pela União e, conforme explicou a este jornal fonte categorizada do Ministério da Economia, os próprios bancos credores que encontraram os tomadores para seus créditos no passado têm condições hoje de entrar diretamente em contato com aqueles tomadores e acertar um pagamento, mesmo que no mínimo de 15%, dos juros atrasados. Os deve-



Jório Dauster

dores finais teriam de comparecer com os cruzeiros para efetuar a operação de câmbio necessária aos depósitos de seus compromissos externos na autoridade monetária.

A iniciativa pode levantar a suspeita de que aquele seria o primeiro passo para uma futura experiência de renegociação direta entre credores e devedores, envolvendo o estoque da dívida externa. Por isso mesmo o governo tem sido tão enfático em sustentar que o aval da União será preservado. "Não há dúvida de que toda a dívida com aval da União será honrada", afirmou a este jornal o secretário nacional de planejamento do Ministério da

Economia, Marcos Gianetti da Fonseca.

US\$ 800 MILHÕES

Ele informou que o governo estará enviando nos próximos dias ao Congresso Nacional nova lei de excesso de arrecadação, com a revisão da disponibilidade de recursos para gastos em algumas rubricas, tendo em vista o excesso de arrecadação em termos nominais. Com isso, a nova revisão estará contemplando a alocação de cerca de US\$ 800 milhões, destinados à cobertura por parte do Tesouro Nacional de aval da dívida externa contraída pelo setor público junto a agências financiadoras dos governos credores. Os recursos serão usados para colocar em dia o pagamento de juros e principal que estão com os depósitos em cruzeiros em atraso, no Banco Central.

O "funding" (fundos) para aquele pagamento tem origem nos recursos do resultado do Banco Central que é transferido para o Tesouro Nacional. Só neste ano aquela transferência está calculada em Cr\$ 1 trilhão. Não há, no entanto, "funding" suficiente para a alocação de recursos destinados a honrar o pagamento de aval da dívida externa em atraso contratada com os bancos credores

privados nesta próxima revisão orçamentária.

O embaixador Jório Dauster não arreda pé da tese da capacidade de pagamento e está pronto para ouvir as considerações dos bancos credores na quarta rodada de negociações que será aberta na terça-feira desta semana, em Nova York. Na pauta, além da questão do pagamento dos atrasados, o Brasil vai conhecer a posição dos bancos sobre a proposta que apresentou na semana passada em torno da securitização do restante dos juros em atraso, não contemplados com pagamento em 1990. A proposta brasileira prevê a transformação da dívida atrasada em bônus de 15 anos de prazo e 5 anos de carência e juros anuais que seriam fixados em percentuais baixados nos primeiros anos: de 3,5% ao ano nos primeiros três anos, de 4% no quarto ano podendo atingir juros de mercado a partir do quinto ano.

"Tudo tem que ser compatibilizado com a capacidade de pagamento, aí mesmo alguma garantia (colateral) que os bancos eventualmente desejarem para os bônus da dívida de médio e longo prazos", atestou Dauster a este jornal.